



Recebido em: 20 de nov. 2024 | Aprovado em: 15 dez. 2024
| Publicado em: 20 de dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p11

Lula, Milei e o Ajuste Fiscal: O Discurso de Austeridade e Hegemonia Neoliberal nos Grandes Jornais da Mídia Brasileira

Lula, Milei, and Fiscal Adjustment: The Discourse of Austerity and Neoliberal Hegemony in Major Brazilian Newspapers

Osmar Fabiano de Souza Filho¹

Léia Aparecida Veiga²

RESUMO

Este artigo analisa como a mídia brasileira reproduz e legitima narrativas neoliberais nos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, nos textos publicados entre novembro e dezembro de 2024 sobre o ajuste fiscal promovido pelo Governo Lula e questões relacionadas à Argentina e ao Governo Milei. Busca-se compreender como esses veículos defendem políticas de austeridade como inevitáveis, ocultando seus impactos sobre as classes trabalhadoras. Utilizamos a análise do discurso, associada à perspectiva materialista e histórica, para investigar 18 textos, entre editoriais e colunas. Os resultados mostram que os jornais reforçam a centralidade do mercado e apresentam reformas neoliberais como soluções técnicas. Ao exaltar a eficiência econômica como prioridade absoluta, marginalizam os impactos sociais das políticas defendidas, reforçando a hegemonia neoliberal.

Palavra-chave: Neoliberalismo; Discurso; Mídia Brasileira.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

ABSTRACT

This article analyzes how Brazilian media reproduces and legitimizes neoliberal narratives in the newspapers Folha de São Paulo, O Globo, and O Estado de São Paulo, focusing on texts published between November and December 2024 regarding the fiscal adjustment promoted by the Lula Government and issues related to Argentina and the Milei Government. It seeks to understand how these outlets advocate austerity policies as inevitable, while concealing their impacts on the working classes. We applied discourse analysis, combined with a materialist and historical perspective, to investigate 18 texts, including editorials and opinion pieces. The results show that the newspapers reinforce the centrality of the market and present neoliberal reforms as technical solutions. By exalting economic efficiency as an absolute priority, they marginalize the social impacts of the policies defended, reinforcing neoliberal hegemony.

Keywords: Neoliberalism; Discourse; Brazilian Media.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar como os principais veículos de comunicação do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, o Estadão de São Paulo e jornal O Globo reproduziram e buscaram legitimar o discurso neoliberal, evidenciando como essas construções discursivas podem influenciar a percepção das políticas públicas e das relações sociais. Desse modo, visa-se compreender de que maneira a mídia articula a defesa de medidas como austeridade, desregulamentação e privatização apresentando-as como inevitáveis e apolíticas, enquanto desconsidera os impactos sociais e históricos dessas políticas sobre as classes trabalhadoras.

Com tal finalidade, selecionamos textos, entre editoriais e colunas, publicados entre 1º de novembro e 14 dezembro de 2024 nos três referidos jornais, que discutiam diretamente as reformas fiscais brasileiras e as comparações com a Argentina sob o governo de Javier Milei. A justificativa para esta análise reside na centralidade que a mídia tradicional ocupa na consolidação de hegemonias ideológicas, especialmente

no contexto do neoliberalismo, onde o mercado é exaltado como o regulador universal das relações humanas.

Entendemos que a produção e circulação dessas narrativas midiáticas não apenas refletem o contexto econômico, mas agem moldando as formas de pensar e agir no campo político e social. Visualizamos que as questões econômicas do governo brasileiro e por governos estrangeiros, como o argentino, fornecem um terreno fértil para observar como a mídia atua como agente de naturalização das desigualdades e de perpetuação das dinâmicas de classe no capitalismo contemporâneo.

Nossa metodologia combina análise do discurso com revisão teórica, buscando problematizar os elementos ideológicos presentes nos textos analisados. A seleção dos textos foi guiada por critérios que privilegiaram textos opinativos e editoriais, por representarem posicionamentos institucionais ou individuais que exercem maior influência sobre a formação de opinião. Analisamos ao todo 18 textos, distribuídos entre os três jornais, todos tratando de temas como ajuste fiscal, controle inflacionário e comparações internacionais de Brasil e Argentina.

O artigo está estruturado em duas partes principais, além das considerações finais. Na primeira, exploramos as bases históricas e teóricas do neoliberalismo, destacando sua formulação ideológica, desde a *Sociedade Mont Pelerin* até sua consolidação como paradigma econômico dominante no Ocidente. Na segunda, analisamos como os jornais reproduziram narrativas que legitimam políticas neoliberais, utilizando a análise dos textos. Nas considerações finais, discutimos as implicações dessas narrativas para a perpetuação das desigualdades estruturais no Brasil.

Como pressupostos teóricos-metodológicos adotamos o materialismo histórico-dialético para interpretar as dinâmicas ideológicas presentes nos discursos. Os resultados preliminares indicam que os jornais analisados constroem narrativas que legitimam as políticas neoliberais como inevitáveis e tecnicamente neutras, enquanto deslegitimam alternativas e resistências. Observamos a recorrência de

discursos que exaltam a eficiência econômica e a confiança do mercado como prioridades absolutas, ao mesmo tempo em que relegam as demandas sociais e os impactos sobre o proletariado a uma posição secundária.

2. NEOLIBERALISMO E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDEOLOGIA

A ideologia proprietarista consolidou-se como um dos pilares estruturantes da sociedade moderna. Segundo Piketty (2020), esse conjunto de valores busca legitimar a propriedade privada como princípio das relações sociais, consolidando e legitimando desigualdades de concentrar riqueza e poder nas mãos da burguesia. Desse modo, ocorre a naturalização da exclusão dos despossuídos, justificando a existência de uma hierarquia social em nome da liberdade econômica.

Desde a transição do feudalismo para o capitalismo, que marcou a primeira grande transformação nas formas de posse e uso da terra, as relações de propriedade deixaram de ser mediadas por vínculos de servidão e obrigações mútuas entre senhores e servos. Assim, a propriedade passou a ser concebida e orientada como um direito individual desvinculado de obrigações coletivas, passando a ser visto como individual.

Nesse processo, com a dissolução dos vínculos feudais e a expropriação de camponeses, foi consolidado um regime no qual a terra e os bens produtivos eram apropriados pela burguesia, criando outra forma de organização social. Essa organização, além de materializar outra forma histórica de propriedade e estabelecer outras relações de produção, criou um ideário político, segundo Piketty (2020):

A propriedade privada não é apenas uma instituição econômica, mas também uma construção política e ideológica, projetada para reforçar a hierarquia social e consolidar o poder das classes dominantes (Piketty, 2020, p. 42).

Dessa maneira, o pensamento político e filosófico dos séculos XVII e XVIII foi fundamental na criação das bases ideológicas do proprietarismo. Nesse contexto,

John Locke, por exemplo, associou a propriedade ao trabalho a um direito natural do homem, argumentando que o esforço individual justificava a posse de bens. Segundo essa concepção a relação entre propriedade e liberdade individual estabeleceu um vínculo estruturante que se tornaria central para o liberalismo econômico (Piketty, 2020).

A crescente concentração de capitais e terras aprofundou as desigualdades sociais, mas a ideologia proprietarista justificou essas assimetrias como necessárias ao progresso econômico. Os sistemas jurídicos consolidaram a inviolabilidade da propriedade privada da terra, ao mesmo tempo em que mecanismos de exclusão, como o controle do acesso à terra e à moradia, eram institucionalizados. Assim, o Estado moderno tornou-se não apenas um mediador, mas um garantidor das relações de propriedade, atuando para proteger os interesses dos grandes proprietários (Marx, 2019; Piketty, 2020).

A partir da segunda metade do século XX, o fortalecimento do pensamento econômico neoliberal reafirmou a centralidade do proprietário privado como agente primordial da economia, consolidando a ideia da propriedade como um direito natural e inalienável. Nesse novo contexto, a ideologia proprietarista não apenas legitimou a concentração de riqueza, mas também buscou naturalizar a exclusão de amplos setores sociais que vivem em situação de extrema vulnerabilidade e que necessitam de auxílio do Estado para sobreviverem.

Os princípios desse neoliberalismo, entretanto, buscou consolidar os interesses da burguesia em ampliar seu domínio sobre os meios de produção e as relações sociais. E para isso, utilizando-se dos grandes meios de comunicação, tornou hegemônico o discurso pela defesa da desregulamentação e da privatização de bens e serviços públicos, a eliminação de barreiras que poderiam limitar a acumulação de capital e o reforço do poder político e hegemônico da própria burguesia (Chomsky; Polychroniou, 2021; Piketty, 2020).

Na sociedade neoliberal, seja europeia, norte-americana ou latino-americana, o papel do Estado foi reduzido à garantia da propriedade privada e à promoção da livre circulação de capitais, enquanto os interesses dos trabalhadores passaram a ser subordinados às exigências do mercado. Dessa maneira, o neoliberalismo ampliou as desigualdades e consolidou um modelo que privilegia a acumulação em detrimento das demandas sociais (Harvey, 2006).

Em suas bases teóricas, o neoliberalismo rejeita o intervencionismo estatal e defende a primazia dos mercados como reguladores das relações sociais. Articulado em espaços como a *Sociedade Mont Pelerin*, o projeto foi construído e idealizado para contrapor-se ao modelo de bem-estar social e ao planejamento estatal. Essas ideias gradualmente se difundiram e ganharam espaço no cenário político, especialmente na crise de 1970, quando foram apresentadas como as respostas necessárias para enfrentar a crise econômica (Harvey, 2006).

Assim, abriram o espaço para esse novo modelo que buscava reposicionar o mercado como elemento central na organização social. Para os autores neoliberais, com destaque para Frederich Von Hayek, Ludwig Von Mises, e Milton Fridman, o Estado, que até então desempenhava um papel redistributivo e regulador, seria apenas para garantir a livre circulação de capitais, ao mesmo tempo que realizaria a privatização de bens e serviços públicos e a desregulamentação de setores estratégicos. Essas eram as respostas históricas para os problemas historicamente colocados naquele momento, mas se tornaram uma “bula” ao serem impostos como as soluções em diferentes partes do mundo, mesmo em diferentes contextos, desde então (Harvey, 2006; Piketty, 2020).

Com isso, o neoliberalismo se apresentava como a fórmula para superar as dificuldades econômicas, mesmo ignorando os impactos sociais e a concentração de riqueza que produziu.

Segundo Harvey (2006), em sua prática:

O neoliberalismo é, em última análise, um projeto para alcançar a restauração do poder de classe. Ele se apoia em narrativas sobre eficiência e liberdade individual para justificar políticas de desregulamentação, privatização e cortes no gasto público, ignorando os impactos devastadores para as populações mais vulneráveis e os efeitos concentradores de riqueza que essas práticas inevitavelmente produzem. (Harvey, 2005, p. 19)

Os impactos do neoliberalismo, porém, vão além das questões econômicas, uma vez que essas influenciam o meio social em diferentes frentes. Com a centralidade na competição e da meritocracia, a lógica neoliberal transferiu para os indivíduos a responsabilidade de sua posição social. Entendemos que esse processo serviu, também, para legitimar as contradições inerentes ao sistema capitalista, ao naturalizar a exploração do proletariado como resultado de escolhas pessoais e não como consequência das dinâmicas de exploração.

A difusão desse conjunto de valores ocorreu por meio de diferentes frentes. A mídia, os sistemas educacionais e os organismos internacionais desempenharam um papel crucial na propagação desses valores como eficiência, mérito e competitividade. Da mesma forma, as transformações estruturais nas relações de trabalho e na organização da vida promoveram a internalização de princípios que responsabilizam os indivíduos por suas condições materiais (Sandel, 2021; Piketty, 2020).

Dessa maneira, a organização social passou a ser regida por princípios que deslocaram o foco da propriedade material para a mercantilização das relações humanas. A lógica de mercado penetrou em esferas antes protegidas, como saúde, educação e moradia, transformando bens essenciais em mercadorias. Com essa reconfiguração aprofundou-se os processos de exclusão já existentes no capitalismo ocidental, ao mesmo tempo em que reforçou a concentração de riqueza em níveis globais (Sandel, 2021; Piketty, 2020).

Essa ideologia encontra sustentação no campo subjetivo. A transformação da experiência do sofrimento em responsabilidade individual, característica da lógica neoliberal, molda o sujeito para aceitar condições de precariedade e exclusão como

aspectos inevitáveis de sua vida. O mérito, nesse contexto, torna-se uma ferramenta não apenas para justificar desigualdades, mas para operar uma gestão do sofrimento. Como problematiza, Sandel (2021) ao estabelecer os critérios de valorização do indivíduo o neoliberalismo transforma esse mesmo indivíduo em cúmplice de sua própria alienação, ao internalizar a culpa por sua posição social.

Desse modo, ignora-se as consequências de políticas que priorizam o controle da inflação em detrimento da geração de empregos são defendidas como necessárias para a estabilidade econômica, ainda que resultem em desemprego elevado e precarização das condições de trabalho. O mercado é apresentado como mediador neutro das relações sociais, enquanto o Estado é relegado ao papel de garantidor dos interesses financeiros. A mídia legitima essas medidas, promovendo a ideia de que os sacrifícios são inevitáveis e que os custos sociais são secundários. Conforme, Harvey (2006)

O controle da inflação a qualquer custo tornou-se uma obsessão nas economias neoliberais. Esse objetivo não é neutro; ele reflete a proteção dos interesses dos credores em detrimento dos trabalhadores. As consequências são desemprego elevado, precarização do trabalho e a perpetuação de desigualdades, enquanto os ganhos de produtividade são canalizados para os já privilegiados. (Harvey, 2006, p. 33)

Acreditamos que essa narrativa se mostra insuficiente para responder às necessidades históricas da sociedade contemporânea. A promoção incessante de políticas de austeridade e cortes nos investimentos sociais tem agravado as desigualdades e exposto a fragilidade do modelo neoliberal diante de crises estruturais.

O caso da Argentina, governada Javier Milei, retrata que a pobreza aumentou de 41,7% no início de seu mandato para 52,9% em julho de 2024, afetando mais da metade da população argentina. Além disso, a pobreza extrema atingiu 18,1% da população, indicando que aproximadamente 8,5 milhões de pessoas não conseguem adquirir uma cesta básica de alimentos (Pobreza, 2024).

Entendemos, que em seu limite, o neoliberalismo não oferece respostas para problemas como a instabilidade econômica, o agravamento das mudanças climáticas e a erosão da coesão social. Como coloca Chomsky e Polychroniou (2021):

O neoliberalismo já não é capaz de atender às exigências de nosso tempo. Ele falha em oferecer respostas adequadas às crises estruturais que enfrentamos, ao insistir em soluções que reforçam as desigualdades e ignoram a necessidade de uma reestruturação radical das relações sociais e econômicas. (Chomsky; Polychroniou, 2021, p. 112)

Mesmo assim, existe a crença deste problema como algo individual uma vez que a mídia tradicional, ao reforçar essa visão, desvia o foco das responsabilidades estruturais, fortalecendo um sistema que concentra riqueza e exclui amplas parcelas da sociedade. Por meio da análise do discurso, torna-se possível compreender como a tirania do mérito e a centralidade do mercado são instrumentalizadas para perpetuar as desigualdades.

Camuflando efeitos das políticas neoliberais sob a aparência de neutralidade técnica e eficiência econômica, esses discursos garantem a continuidade de um modelo que atende aos interesses das classes dominantes, enquanto desconsidera as demandas históricas por justiça e equidade. Acreditamos que para romper com esse ciclo, é fundamental compreender que as soluções não residem em ajustes dentro da própria lógica neoliberal, mas em uma reestruturação ampla das relações sociais e econômicas.

Esse processo de transformação exige, porém, a construção de uma sociedade que priorize o desenvolvimento das forças produtivas, a redistribuição da riqueza, a valorização do trabalho e o fortalecimento de mecanismos de solidariedade coletiva, ou seja, o socialismo. Assim, a compreensão desse processo é fundamental para refletirmos acerca dos mecanismos que sustentam o capitalismo contemporâneo e pensar soluções que rompam com o ciclo de exploração e exclusão. A seguir apresenta-se os textos analisados para a realização deste artigo e a problematização e reflexão acerca de seu conteúdo.

3. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO NEOLIBERAL NA MÍDIA BRASILEIRA

Nessa seção do artigo, fundamentamos nossas reflexões a partir da análise de textos publicados nos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, entre 1º de novembro e 14 de dezembro de 2024. Nosso objetivo, como já destacado, é compreender como esses veículos articulam discursos sobre neoliberalismo e políticas fiscais, considerando as posições expressas em editoriais e colunas.

Delimitamos o recorte temporal em razão das discussões que emergiram após o anúncio de medidas fiscais pelo governo brasileiro e das comparações estabelecidas entre as políticas adotadas no Brasil e na Argentina, sob o governo de Javier Milei. Selecionamos os textos com base em critérios objetivos. Incluímos aqueles que abordam diretamente temas relacionados ao neoliberalismo, como ajuste fiscal, privatizações, desregulamentação e controle inflacionário. Priorizamos editoriais e colunas opinativas, que expressam os posicionamentos das instituições ou de seus colunistas.

Ademais, adotamos, ao mesmo tempo, critérios para excluir textos que não dialogam diretamente com o objeto da pesquisa. Desconsideramos aqueles que mencionam temas econômicos de forma tangencial, sem conexão explícita com políticas neoliberais ou com o contexto fiscal brasileiro. Também excluimos notícias factuais, sem caráter opinativo ou analítico, bem como textos que não contextualizam o neoliberalismo ou suas implicações.

Selecionamos e analisamos ao todo 18 textos. Do jornal Folha de São Paulo: “Sacrifícios da Argentina sob Milei não podem ser em vão” (02/12/2024), “Privilegiados reagem até um pacote fiscal tímido” (10/12/2024), “Atraso no anúncio do ajuste fiscal preocupa empresários” (20/11/2024), “Sabotagem” (14/11/2024) e “Sem sorrisos com Lula no G20” (12/11/2024). Do jornal O Globo, analisamos: “Milei dá lição de disciplina fiscal para o continente” (30/11/2024), “Incúria fiscal deteriora cenário econômico futuro” (05/12/2024), “Corte de gastos” (18/11/2024), “Reta final

do pacote de medidas de ajuste fiscal” (25/11/2024) e “O projeto político do ajuste fiscal” (07/12/2024). E do jornal O Estado de São Paulo, os textos incluídos foram: “A pancada do Banco Central” (28/11/2024), “Lula e a estratégia política do pacote fiscal” (04/12/2024), “O exemplo da Argentina” (10/12/2024), “O futuro incerto da economia global” (08/12/2024) e “Milei e as reformas que o Brasil deveria seguir” (03/12/2024).

Em nossa análise, buscamos identificar os discursos que legitimam as políticas neoliberais, bem como as estratégias discursivas empregadas para naturalizar desigualdades e sustentar a hegemonia dessa ideologia. Investigamos como as narrativas sobre austeridade e controle inflacionário são apresentadas, especialmente no que diz respeito aos seus impactos sobre a classe trabalhadora.

Enquanto modelo de organização social e econômica, o neoliberalismo, sustenta-se em uma lógica que transfere para o mercado a regulação das relações humanas, priorizando a eficiência econômica em detrimento das demandas sociais. A centralidade do mercado, promovida como inevitável por meio de discursos institucionais e midiáticos, reforça dinâmicas de exclusão ao justificar a precarização do trabalho e a privatização de bens públicos como mecanismos necessários para o crescimento econômico (Harvey, 2006).

Ao analisarmos os textos coletados, observamos que a naturalização dessas políticas é articulada com a ideia de que a austeridade e o controle inflacionário são os pilares indispensáveis para a estabilidade, ocultando os impactos dessas medidas sobre a classe trabalhadora e as desigualdades estruturais. Os textos jornalísticos analisados reproduzem, em muitos casos, narrativas que legitimam as escolhas econômicas neoliberais por meio de estratégias discursivas que conectam mérito individual, eficiência e progresso econômico.

Ao estabelecerem comparações entre o Brasil e a Argentina, os jornais reforçam o papel das reformas fiscais como imperativos técnicos, mascarando sua natureza política e histórica. Essa articulação não apenas consolida o neoliberalismo

como solução única para as crises econômicas, mas também reforça a concentração de poder e riqueza nas mãos da burguesia, ao mesmo tempo em que transfere os custos sociais e econômicos para o proletariado. Com isso, o discurso neoliberal perpetua uma hegemonia que normaliza a exploração e inviabiliza alternativas estruturais.

Essa perspectiva é amplamente reproduzida nos textos publicados pela Folha de São Paulo, os quais legitimam medidas de austeridade e controle inflacionário como pilares indispensáveis para a estabilidade econômica, ocultando seus impactos sobre a classe trabalhadora e as desigualdades estruturais.

No texto “*Sacrifícios da Argentina sob Milei não podem ser em vão*”, editorial publicado em 2 de dezembro de 2024, observa-se a legitimação explícita das políticas de austeridade. Afirma-se que “a escolha por medidas de austeridade severas na Argentina, sob Javier Milei, evidencia a necessidade de disciplina fiscal como único caminho viável para a estabilidade econômica”. Esse trecho exemplifica como a narrativa neoliberal naturaliza a austeridade como solução técnica, desconsiderando seus impactos sociais. A comparação com o contexto brasileiro reforça essa lógica ao sugerir que as medidas fiscais adotadas por outros países devem servir de modelo, mesmo quando tais políticas intensificam desigualdades (Sacrifícios, 2024).

Em outro texto, “*Privilegiados reagem até um pacote fiscal tímido*”, publicado em 10 de dezembro de 2024, a crítica recai sobre a resistência interna às medidas fiscais propostas pelo governo brasileiro. Afirma-se que “os ajustes propostos pelo governo brasileiro enfrentam resistências que não encontram paralelo em países onde a austeridade já é uma norma”. Essa análise retrata a oposição às reformas como um entrave ao progresso, ignorando as condições sociais específicas do Brasil e reforçando o discurso de que a austeridade é universalmente aplicável e benéfica (Privilegiados, 2024).

A naturalização das políticas neoliberais também é evidenciada no texto “*Atraso no anúncio do ajuste fiscal preocupa empresários*”, publicado em 20 de novembro de 2024, onde se lê: “O atraso no pacote de medidas gera incerteza e prejudica a confiança dos investidores, elementos fundamentais para a recuperação econômica.” Ao enfatizar a confiança dos investidores como prioridade, o texto marginaliza as demandas sociais, colocando os interesses do capital acima das necessidades da classe trabalhadora. Essa perspectiva reflete a priorização da estabilidade econômica como justificativa para medidas que aprofundam a precarização e a exploração (O atraso, 2024).

Além disso, no editorial “*Sabotagem*”, publicado em 14 de novembro de 2024, a narrativa destaca que “o ambiente político hostil impede a execução de reformas necessárias, reforçando o papel das elites econômicas na condução das políticas públicas”. Esse posicionamento legitima as elites como agentes indispensáveis na implementação de políticas neoliberais, ignorando as contradições e os conflitos de classe inerentes a essas reformas. A ideia de que a resistência política é sinônimo de sabotagem contribui para deslegitimar qualquer contestação ao modelo econômico imposto (Sabotagem, 2024).

Por fim, no texto “*Sem sorrisos com Lula no G20*”, publicado em 12 de novembro de 2024, observa-se a valorização da eficiência econômica como critério de avaliação das políticas públicas. O editorial afirma que “a postura do governo brasileiro no G20 contrasta com as reformas estruturais defendidas por lideranças que privilegiam a eficiência econômica”. Essa comparação reforça a centralidade do mercado como medida de progresso, ignorando os custos sociais das políticas baseadas exclusivamente na lógica de mercado (Sem sorrisos, 2024).

Esse processo evidencia a hegemonia neoliberal, que se perpetua como modelo único, inviabilizando alternativas estruturais e consolidando a desigualdade como característica inerente ao sistema econômico. Isso é possível de ser analisado também nos textos publicados no jornal O Estado de São Paulo durante o mesmo

período analisado, refletindo de maneira sistemática a articulação discursiva em torno da defesa das práticas neoliberais, consolidando narrativas que priorizam a austeridade fiscal, a centralidade do mercado e a desvalorização das resistências políticas e sociais às reformas econômicas.

No editorial “*A pancada do Banco Central*”, publicado em 13 de dezembro de 2024, afirma-se que “a elevação dos juros, ainda que impopular, é um remédio necessário para conter os desequilíbrios macroeconômicos e preservar a credibilidade do país no cenário internacional”. Essa declaração demonstra como o jornal reforça a lógica de que medidas econômicas que impactam negativamente a classe trabalhadora, como o aumento das taxas de juros, são indispensáveis para a manutenção de um ambiente favorável ao capital. Tal discurso ignora os efeitos dessas políticas na precarização das condições de vida e reforça a centralidade dos interesses financeiros sobre as demandas sociais (A pancada, 2024).

No texto “*Lula e a estratégia política do pacote fiscal*”, de 4 de dezembro de 2024, do escritor Fernando Dantas, a crítica ao governo brasileiro é direcionada à suposta ausência de firmeza na condução de reformas estruturais. O texto destaca que “o governo peca ao adiar medidas fundamentais, enquanto países como a Argentina avançam com reformas que garantem estabilidade econômica”. Essa narrativa compara o Brasil com a Argentina de Javier Milei, exaltando as políticas neoliberais como exemplo a ser seguido, desconsiderando as contradições e os impactos sociais dessas medidas e tratando a austeridade como única alternativa para a estabilidade (Lula, 2024).

O editorial “*O exemplo da Argentina*”, publicado em 10 de dezembro de 2024, afirma-se que “o plano econômico do governo Milei representa uma ruptura necessária com décadas de irresponsabilidade fiscal, sendo um modelo de coragem política que deveria inspirar outras nações”. Aqui, observamos uma legitimação explícita das reformas neoliberais, apresentadas como soluções racionais e apolíticas. Essa abordagem reforça a hegemonia do neoliberalismo ao naturalizar a

privatização e a desregulamentação como ferramentas imprescindíveis para o progresso econômico, ignorando as profundas desigualdades que essas políticas perpetuam (O Exemplo, 2024).

Entendemos que por meio desses textos, o jornal constrói uma narrativa que desloca a responsabilidade pelas crises econômicas para a ausência de reformas fiscais, mascarando as dinâmicas de exploração por essas políticas. A resistência a essas medidas é frequentemente desqualificada, como observado em “A pancada do Banco Central”, que critica o “populismo político” como obstáculo à implementação de ajustes necessários. Ao mesmo tempo, exalta-se o papel do mercado como motor do desenvolvimento, consolidando uma visão que privilegia o capital em detrimento do trabalho.

O jornal O Globo desempenha papel central na difusão e legitimação dos discursos neoliberais no Brasil, utilizando estratégias narrativas que naturalizam a centralidade do mercado e deslegitimam resistências sociais e políticas às reformas estruturais. A análise dos textos publicados revela como esses discursos articulam a austeridade fiscal, o controle inflacionário e a desregulamentação como fundamentos inquestionáveis para a estabilidade econômica, ignorando os impactos dessas políticas sobre as desigualdades estruturais e as condições de vida da classe trabalhadora.

No texto “*Milei dá lição de disciplina fiscal para o continente*”, publicado em 5 de dezembro de 2024, observa-se a exaltação das reformas promovidas na Argentina: “A disciplina fiscal implementada por Javier Milei é uma resposta contundente às décadas de descontrole financeiro que assolaram a América Latina.” Essa afirmação reflete a narrativa neoliberal que associa a austeridade ao progresso econômico, mascarando os custos sociais dessas medidas. Além disso, a descrição de Milei como um exemplo a ser seguido legitima um modelo econômico que prioriza o capital em detrimento do trabalho (Milei, 2024).

No editorial “*Incúria fiscal deteriora cenário econômico futuro*”, de 10 de dezembro de 2024, a crítica à política fiscal brasileira se baseia na comparação com países que adotaram reformas mais agressivas: “A relutância do governo brasileiro em adotar reformas mais duras coloca o país em uma posição vulnerável perante investidores internacionais.” Esse argumento reforça a narrativa de que a confiança do mercado deve ser a prioridade das políticas econômicas, enquanto as demandas sociais são secundarizadas. Essa lógica reproduz a centralidade do capital como regulador das relações sociais, invisibilizando os conflitos de classe que emergem dessa abordagem (Incúria, 2024).

Outro exemplo é o texto “*Corte de gastos: o caminho inevitável*”, publicado em 15 de dezembro de 2024, que afirma: “Reduzir os gastos públicos é mais do que uma necessidade; é um imperativo técnico para garantir a saúde econômica do país.” A formulação desse trecho reflete a estratégia de apresentar decisões econômicas como neutras e inevitáveis, despolitizando o debate sobre austeridade e ignorando seus impactos desiguais sobre diferentes classes sociais. Essa narrativa legitima a concentração de riqueza ao deslocar a responsabilidade pela crise econômica para a ausência de cortes de gastos e ajustes fiscais (Corte, 2024).

As análises dos textos revelam a centralidade do discurso neoliberal na construção das narrativas econômicas dominantes. Esses jornais, ao legitimar políticas de austeridade, privatizações e controle inflacionário como soluções técnicas inevitáveis, reproduzem uma ideologia que naturaliza as desigualdades sociais e transfere para o mercado a regulação das relações humanas. Tal articulação não é neutra, mas sim parte de um projeto político que, como aponta Harvey (2006), busca restaurar e perpetuar o poder de classe, beneficiando a burguesia ao custo da precarização e exclusão da classe trabalhadora.

Através da valorização da eficiência econômica e da meritocracia, os discursos midiáticos deslegitimam resistências políticas e sociais, enquanto apresentam reformas neoliberais como respostas apolíticas e necessárias às crises.

econômicas. Essa abordagem, conforme discutido por Chomsky e Polychroniou (2020), reflete a incapacidade do neoliberalismo de atender às demandas históricas da sociedade, ao ignorar a centralidade das desigualdades e das contradições estruturais. Por outro lado, a análise Sandel (2021) evidencia como a lógica meritocrática atua não apenas no campo econômico, mas também na gestão subjetiva, moldando a aceitação do sofrimento e da precariedade como responsabilidades individuais, enquanto os mecanismos estruturais de exclusão permanecem invisibilizados.

Portanto, os textos analisados retratam como a mídia brasileira reproduz as ideias neoliberais, consolidando um modelo que desumaniza o trabalho, concentra riqueza e poder nas mãos da burguesia e inviabiliza alternativas sistêmicas. Essa articulação ideológica reforça o caráter histórico da exploração no capitalismo, ao mesmo tempo em que bloqueia a construção de caminhos que possam romper com o ciclo de exclusão e desigualdade que define o neoliberalismo contemporâneo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo demonstraram como a mídia brasileira atua como agente de reprodução da hegemonia neoliberal, legitimando narrativas que consolidam a centralidade do mercado e naturalizam desigualdades estruturais. Ao examinar os textos, observamos a recorrência de discursos que exaltam medidas de austeridade, desregulamentação e privatização como respostas técnicas e inevitáveis para crises econômicas. Esses discursos ocultam os impactos dessas políticas sobre as classes trabalhadoras, ao mesmo tempo em que reforçam a concentração de riqueza e poder nas mãos da burguesia.

Percebemos, que especialmente nas análises sobre a questão fiscal brasileira, há uma omissão acerca do maior gasto fiscal do país: as despesas financeiras com juros, amortizações e rolagem da dívida pública, que ultrapassam 900 bilhões de reais por ano. Essa cifra é desconsiderada em favor de narrativas que

responsabilizam os gastos sociais do governo pela crise fiscal. Além disso, desconsideram que cada aumento de 1% na taxa SELIC adiciona cerca de 74 bilhões de reais ao custo da dívida pública, transferindo diretamente recursos públicos ao mercado financeiro.

Ademais, a exaltação de Javier Milei, promovida por parte da grande mídia brasileira, ignora a grave situação social enfrentada pela Argentina, onde a pobreza já afeta 52,9% da população e a extrema pobreza chega a 18,1%, deixando milhões sem acesso ao básico para sobreviver. Ao mesmo tempo, a crítica ao governo Lula, que não adota integralmente as premissas neoliberais exaltadas por esses veículos, evidencia a reprodução acrítica de um discurso que privilegia a lógica do mercado.

Não somos ingênuos em acreditar que o governo Lula rompe com o neoliberalismo, mas reconhecemos que ele não segue integralmente o paradigma imposto pelo mercado e pela grande mídia. Lula, ao resistir parcialmente a essa lógica, representa um modelo diferente do imposto por figuras como Milei, ainda que não promova uma ruptura efetiva com a estrutura econômica vigente. A articulação ideológica promovida pelos jornais analisados evidencia um projeto político alinhado ao que Harvey define como restauração do poder de classe.

Por fim, entendemos que a superação desse ciclo de exclusão e exploração exige não apenas a crítica às políticas neoliberais, mas a construção de um projeto alternativo que priorize a justiça social, a redistribuição de riqueza e a valorização do trabalho, ou seja, o socialismo. A reflexão crítica sobre os discursos midiáticos é um passo fundamental para entender os mecanismos que sustentam o capitalismo contemporâneo e pensar caminhos para uma reestruturação radical das relações de produção.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, N.; POLYCHRONIOU, C. J. **The Precipice: Neoliberalism, the Pandemic, and the Urgent Need for Social Change**. Chicago: Haymarket Books, 2021.

ATRASSO no anúncio do ajuste fiscal preocupa empresários. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 15 de nov. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PRIVILEGIADOS reagem até um pacote fiscal tímido. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 7 de dez. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SABOTAGEM. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 30 nov. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SACRIFÍCIOS da Argentina sob Milei não podem ser em vão. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 8 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SEM SORRISOS com Lula no G20. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 23 nov. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

A PANCADA do Banco Central. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. 13 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

LULA e a estratégia política do pacote fiscal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. 14 nov. de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

O EXEMPLO da Argentina. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. 2 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CORTE de gastos: o caminho inevitável. **O globo**, Rio de Janeiro. 20 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.oglobo.globo.com>. Acesso em: 15 dez. 2024.

INCÚRIA fiscal deteriora cenário econômico futuro. **O globo**, Rio de Janeiro. 24 set. de 2024. Disponível em: <https://www.oglobo.globo.com>. Acesso em: 15 dez. 2024.

KARL, M. **Formações Econômico-Sociais Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2019

MILEI dá lição de disciplina fiscal para o continente. **O globo**, Rio de Janeiro. 3 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.oglobo.globo.com>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PIKETTY, T. **Capital e Ideologia**. São Paulo: Intrínseca, 2020.

POBREZA dispara a 52,9% na Argentina com a "motosserra" do Milei e volta a níveis de 2003. **Rede argentina**, Buenos Aires. 26 set. de 2024. Disponível em: <https://redeargentina.com.br/2024/09/26/pobreza-dispara-a-529-na-argentina-com-a-motosserra-do-milei-e-volta-a-niveis-de-2003/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SANDEL, M. J. **A Tirania do Mérito: O que aconteceu com o bem comum?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.